

O ILUMINISMO



“O Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem... Tenha a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo” (Immanuel Kant, *O que é o iluminismo?*).

Viva A Vida (Tradução)

Eu costumava dominar o mundo
Mares se agitavam ao meu comando
Agora, pela manhã, durmo sozinho
Varro as ruas que costumava possuir

Eu costumava jogar os dados
Sentia o medo nos olhos dos meus inimigos
Ouvia como o povo cantava
"Agora o velho rei está morto!
Vida longa ao rei! "

Um minuto eu detinha a chave
Depois as paredes se fechavam em mim
E percebi que meu castelo estava erguido
Sobre pilares de sal e pilares de areia

Eu ouço os sinos de Jerusalém tocando
Os corais da cavalaria romana cantando
Seja meu espelho, minha espada e escudo
Meus missionários em uma terra estrangeira
Por um motivo que eu não sei explicar
Quando você se foi não havia
Nunca uma palavra honesta
Era assim, quando eu dominava o mundo

Foi o terrível e selvagem vento
Que derrubou as portas para que eu entrasse
Janelas destruídas e o som de tambores
O povo não poderia acreditar no que me tornei

Revolucionários esperam
Pela minha cabeça em um prato de prata
Apenas uma marionete em uma solitária corda
Oh, quem realmente ia querer ser rei?

Eu ouço os sinos de Jerusalém tocando
Os corais da cavalaria romana cantando
Seja meu espelho, minha espada e escudo
Meus missionários em uma terra estrangeira
Por um motivo que eu não sei explicar
Eu sei que São Pedro não chamará meu nome
Nunca uma palavra honesta
Mas, isso foi quando eu dominava o mundo

Eu ouço os sinos de Jerusalém tocando
Os corais da cavalaria romana cantando
Seja meu espelho, minha espada e escudo
Meus missionários em uma terra estrangeira
Por um motivo que eu não sei explicar
Eu sei que São Pedro chamará meu nome
Nunca uma palavra honesta
Mas, isso foi quando eu dominava o mundo

Introdução

No domínio da cultura, a Europa do século XVIII assistiu ao grande desenvolvimento da Filosofia das Luzes, iniciado no século anterior, o Século das Luzes, especialmente na Inglaterra, mas que repercutiu em todo o mundo. Era o Iluminismo, a grande Revolução Intelectual.

A nova cultura foi, até certo ponto, uma continuação do Renascimento. Caracterizou-se pela intensa produtividade de artistas, homens de ciência e filósofos, e colaborou decisivamente para mudar as formas de pensar, sentir e agir. As elites, cada vez mais, acreditavam na razão, definida como a capacidade de compreender o mundo através do raciocínio sistemático. Essa nova forma de pensar, baseada no conhecimento dedutivo e na utilização da experiência controlada, deveria iluminar as ações humanas e substituir as explicações religiosas do mundo.

Essa filosofia, tal como a Renascença, foi principalmente uma criação da classe burguesa, e teve, como um dos seus resultados mais importantes, a criação de inúmeras ciências naturais e sociais, tais como a Física, a Biologia, a Química, a Economia e a Sociologia.

“A Natureza e suas leis estavam ocultas na obscuridade. Então disse Deus: ‘Que ocorra uma revolução intelectual!’ — e tudo foi claridade”.

1. O contexto

O progresso intelectual dos séculos XVII e XVIII deveu-se, antes, a fatores decorrentes dos principais movimentos econômicos e culturais da história europeia desde o fim da Idade Média. As conquistas da filosofia e da ciência nesses séculos, juntamente com as novas atitudes que daí resultaram, constituem a *Revolução Intelectual*. Esta revolução teve um alcance bastante amplo e os seus resultados foram, talvez, mais significativos para a nossa geração atual.

Durante os séculos XV, XVI, XVII a burguesia associou-se à monarquia, como forma de desenvolver suas atividades comerciais. O capitalismo, sistema criado com a expansão das relações econômicas mais dinâmicas, nasceu no momento em que as monarquias nacionais começavam a se impor. Era o sistema econômico da burguesia, baseado principalmente na propriedade privada das ferramentas, das fábricas e das matérias-primas, ou seja, dos meios de produção, e havia se desenvolvido com a ajuda da monarquia absoluta e da política mercantilista.

Mas, com o tempo, o capitalismo e a burguesia “perceberam” que o absolutismo e o mercantilismo iam, pouco a pouco, representando um obstáculo a sua expansão. Isso porque a política mercantilista era rigidamente protecionista e as taxações acabavam atrapalhando a liberdade de negociar e de fabricar. Por essas razões havia uma tendência para eclodir uma crise entre a burguesia e o absolutismo do Antigo Regime.

2. A Revolução Intelectual

Talvez possamos dizer que a Revolução Intelectual teve uma tríplice paternidade: *Descartes, Newton e Locke*.

René Descartes (1596-1650), famoso francês que inaugurou o movimento filosófico dominante do século XVII, soldado de fortuna, matemático e físico, foi um inabalável defensor do racionalismo na filosofia. Não foi o primeiro expoente da razão como caminho do conhecimento, certamente, mas seu racionalismo diferia do pregado pela maioria dos pensadores que o precederam. Seu método foi o instrumento matemático da dedução pura.

Consistia em partir de verdades ou axiomas simples e evidentes por si mesmos e depois raciocinar com base neles para chegar às conclusões particulares. Descartes, acreditava ter encontrado um axioma de tal ordem no seu famoso princípio: *“Penso, logo existo.”* Partindo daí, afirmava ser possível deduzir um conjunto perfeitamente lógico de conhecimentos universais. Em seu livro *‘Discurso sobre o Método’*, aponta os passos essenciais para atingir a verdade.

Mas Descartes não é importante apenas como pai do novo racionalismo; deve-se-lhe também, em parte, a introdução do conceito de um universo mecanicista. Ensinava que todo o mundo material pode ser definido em função da extensão e do movimento. *“Dai-me a extensão e o movimento”*, afirmou certa vez, atrevidamente, *“e construirei o universo.”* Dos seus vários ensinamentos, o novo racionalismo e o mecanicismo foram, indubitavelmente, os que tiveram mais influência. E seus princípios cartesianos foram adotados de uma forma ou de outra, pela maioria dos filósofos do século XVII, seus mais notáveis sucessores intelectuais foram o judeu holandês *Benedito* (ou *Baruch*) *Spinoza* e o inglês *Thomas Hobbes*.

Baruch Spinoza colocou a razão como toda a fonte do conhecimento, rejeitando qualquer tipo de revelação. Desenvolveu sua filosofia incorporando o racionalismo e o mecanicismo, mas não o dualismo de Descartes. Viveu na Holanda depois de ter sido expulso da sinagoga por criticar certos dogmas da fé judaica. Suas críticas baseavam-se na ideia de que só existe uma substância essencial no universo, da qual o espírito e a matéria não passam de aspectos diferentes. Essa substância única é Deus, que se identifica com a própria Natureza: puro panteísmo, mas se baseava na razão e não na fé. Por isso era perseguido por todas as correntes religiosas.

Thomas Hobbes concordava com os seus dois contemporâneos na crença do único meio de busca da verdade filosófica. Porém recusou-se a aceitar tanto o dualismo de Descartes como o panteísmo de Spinoza. Segundo ele, não existe absolutamente nada senão a matéria. E que o bem é simplesmente aquilo que dá prazer, o mal o que traz sofrimento. Sendo assim, uma vez que os homens diferem constitucionalmente uns dos outros, também devem variar as concepções do prazer e da dor, e o bem e o mal só podem ser relativos. Desse modo, o materialismo e mecanicismo de Hobbes evoluíram para o hedonismo.

(...) percebi que, em vez do grande número de regras de que se compõe a Lógica, me bastariam os quatro princípios seguintes: o primeiro era o de jamais aceitar como verdadeira alguma coisa que não se apresentasse tão clara e tão distinta a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida. O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas fossem possíveis para melhor resolvê-las. O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como degraus, até o conhecimento dos mais complexos. E o último, o de fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir.

(René Descartes, *Discurso sobre o Método*)

3. O Pré-Iluminismo

A inspiração do Iluminismo proveio, em parte, do racionalismo de Descartes, Spinoza e Hobbes, mas os verdadeiros fundadores do movimento foram Newton e Locke.

Isaac Newton (1642-1727), famoso inglês que abriu novas perspectivas para as ciências, teve suma importância nas transformações do pensamento, quando, através de minuciosos estudos matemáticos e físicos, formulou novas leis acerca da mecânica que rege o mundo. Durante a Renascença, Galileu Galilei descobrira a lei da queda dos corpos na superfície da terra, enquanto Johann Kepler deduzira os princípios do movimento planetário.

Estava reservado a Newton estender a idéia das leis físicas invariáveis a todo o universo. O seu famoso princípio: “*cada partícula de matéria, no universo, atrai todas as outras partículas com uma força inversamente proporcional ao quadrado da distância entre elas e diretamente proporcional ao produto das respectivas massas*”, foi considerado válido não somente para a Terra mas para todos os sistemas solares através dos espaços infinitos.

Partindo daí, era fácil chegar à conclusão de que todos os acontecimentos da natureza são governados por leis universais, capazes de serem formuladas com tanta precisão quanto os princípios matemáticos. Estava dado o golpe de morte na concepção medieval de um universo regido por leis divinas. A filosofia newtoniana não excluía a ideia de Deus, mas despojava-o do poder de guiar suas estrelas nas suas órbitas ou de fazer parar o sol.

Tentando avaliar sua carreira científica, ele disse certa vez: “*Tenho a impressão de ter sido uma criança brincando à beira-mar, divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha mais bonita que as outras, enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante de meus olhos*”.

Toda a dificuldade da filosofia parece consistir em encontrar as forças que a natureza emprega, pelos fenômenos do movimento que conhecemos, e a demonstrar em seguida, partindo daí, os outros fenômenos. É esse o objetivo que se teve em vista nas proposições gerais (...) e dá-se disso um exemplo (...) explicando o sistema do universo: pois aí se determinam, pelas proposições matemáticas demonstradas (...) as forças com as quais os corpos tendem para o Sol e os planetas; depois do que com a ajuda das mesmas proposições matemáticas, se deduzem dessas forças os movimentos dos planetas, dos cometas, da lua e do mar. Seria de desejar que os outros fenômenos que a natureza nos apresenta pudessem derivar-se tão felizmente dos princípios mecânicos: pois várias razões me levam a suspeitar de que eles dependem todos de algumas forças cujas causas são desconhecidas, e pelas quais as partículas dos corpos são empurradas umas contra as outras e se unem em figuras regulares, ou são repelidas e mutuamente se afastam (...)

(Isaac Newton, *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*, 1687)

John Locke (1632-1704), contemporâneo da Revolução Gloriosa de 1688 na Inglaterra, rejeitou a doutrina cartesiana das idéias inatas, filósofo, afirmou que todo o conhecimento humano deriva da percepção sensorial. Essa teoria, conhecida como sensacionismo, já fora estabelecido por Hobbes, mas foi Locke o primeiro dos filósofos modernos a desenvolvê-la de forma sistemática. Para Locke a mente humana ao nascer é uma tabula rasa, um papel em branco no qual absolutamente nada está escrito, nem mesmo a idéia de Deus ou qualquer noção de certo ou errado. E que receberia impressões através dos sentidos, a partir das experiências do indivíduo. As sensações são a base do conhecimento; a razão ou o entendimento, combina e organiza essas idéias simples, chegando assim às verdades mais gerais. Foi essa combinação de sensacionismo e de racionalismo que constitui um dos elementos básicos da filosofia iluminista. Locke tem grande importância, também, pela sua defesa da tolerância religiosa e pela sua teoria política liberal, onde ele condena o absolutismo monárquico, revelando grande preocupação em proteger a liberdade individual do cidadão. Ensinava que os governos haviam surgido em função de um contrato estabelecido entre os homens visando a preservação desses direitos.

Assim, caso o governo não cumprisse essa sua razão de ser, a sociedade teria à rebelião, à substituição do Estado tirânico. Neste trecho de sua obra *'Ensaio sobre o Entendimento Humano'* ele fala sobre as idéias. Locke utiliza o termo "ideia" com um significado amplo. Inclui todos os diferentes modos da experiência de consciência: representação e imagem, percepção, conceito ou noção, sentimento, etc., um uso muito diverso do que, por exemplo, faz Platão.

Somente são imagináveis as qualidades que afetam aos sentidos. (...) E se a humanidade houvesse sido dotada de tão somente quatro sentidos, então, as qualidades que são o objeto do quinto sentido estariam tão afastadas de nossa notícia, de nossa imaginação e de nossa concepção, como podem estar agora as que poderiam pertencer a um sexto, sétimo ou oitavo sentidos, ...que talvez existam em outras criaturas em alguma outra parte deste dilatado e maravilhoso universo Em primeiro lugar, nossos sentidos, que têm trato com objetos sensíveis particulares, transmitem respectivas e distintas percepções de coisas à mente, segundo os variados modos em que esses objetos os afetam, e é assim como chegamos a possuir essas ideias que temos do amarelo, do branco, do calor, do frio, do macio, do duro, do amargo, do doce, e de todas aquelas que chamamos qualidades sensíveis. ...a chamo sensação. A mente não tem ideias inatas, mas faculdades inatas: a mente percebe, lembra, e combina a ideias que lhe chegam do mundo exterior. Ela também deseja, delibera, e quer, e estas atividades mentais são elas próprias a fonte de nova classe de idéias.

(John Locke, *Ensaio sobre o Entendimento Humano*)

4. O Iluminismo

O século XVIII conheceu várias revoluções. A Revolução Industrial, a Revolução Francesa e também a Revolução Intelectual. O auge da Revolução Intelectual em filosofia deu com o Iluminismo, também chamado de "Ilustração" ou "Filosofia das Luzes". Esse movimento iniciado na Inglaterra e rapidamente difundido pelo norte da Europa, condenava o Antigo Regime, combatendo assim o absolutismo monárquico, que era considerado um sistema injusto por impedir a participação burguesa nas decisões políticas e impedir a realização de seus ideais. Combatia também o mercantilismo, que impedia a livre iniciativa e o desenvolvimento espontâneo do capitalismo e, o poder da igreja, pois esse poder baseava-se em verdades reveladas pela fé. Isso se chocava com a autonomia intelectual defendida pelo racionalismo iluminista.

As suas ideias tinham por base o racionalismo, isto é, a primazia da razão humana como fonte de conhecimento. Os Iluministas sonhavam com um mundo perfeito, regido pelos princípios da razão, sem guerras e sem injustiças sociais, onde todos pudessem expressar livremente seu pensamento. Visto pelos intelectuais como um movimento que iluminava a capacidade humana de criticar e almejar um mundo melhor, transformou o século XVII no Século das Luzes. Os iluministas teorizavam sobre um mundo novo que correspondia ao início da Revolução Industrial e que seria completado com a Revolução Francesa. As raízes do Iluminismo estão no progresso científico advindo do Renascimento. Esse movimento repercutiu sobre todo o mundo. Antes mesmo de influenciar a Revolução Francesa, que estava por vir, teve influências sobre a Revolução Americana, que resultou na formação dos Estados Unidos.

A principal característica das ideias iluministas, era a explicação racional para todas as questões que envolviam a sociedade. Em suas teorias, alguns pensadores iluministas, como filósofos e juristas, preocuparam-se com as questões políticas, sociais e religiosas, enquanto outros, como os economistas, procuraram uma maneira de aumentar a riqueza das nações. De modo geral, esses pensadores defendiam a liberdade, a justiça, a igualdade social e Estados com divisão de poderes e governos representativos. Acreditavam que esses elementos eram essenciais para uma sociedade mais equilibrada e para a felicidade do homem.

Os principais pensadores iluministas no campo do liberalismo social foram: Voltaire, Montesquieu e Rousseau. E no campo econômico: Quesnay e Smith.

François-Marie Arouet (1694-1778), ou **Voltaire**, simboliza o Esclarecimento mais ou menos como Lutero simboliza a Reforma e Leonardo da Vinci, a Renascença Italiana. Voltaire é mais conhecido como um campeão da liberdade individual. Considerava como totalmente bárbaras todas as restrições à liberdade de expressão e de opinião. Expressando isso com uma famosa frase, amiúde citada como o mais alto exemplo de tolerância intelectual: *"Não concordo com uma única palavra do que dissei, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-lo"*.

Se havia, porém, uma forma de opressão que odiasse, esta era a tirania da religião organizada. Voltaire trovejou contra a crueldade da igreja em torturar e queimar homens inteligentes que se atreveram a por em dúvida os seus dogmas. Defendia a liberdade de religião e de pensamento, bem como a igualdade perante a lei. A burguesia francesa simpatizava com suas idéias, pois estas se adequavam às suas necessidades. Crítico dos privilégios de classe, foi apelidado de o "filósofo burguês". Ele não defendia o direito das camadas populares, por achar que eram inferiores. Julgava que os países atrasados deveriam ter um governo absolutista esclarecido, e os mais avançados um governo republicano e liberal.

Em conseqüência de um dos seus panfletos, ridicularizando nobres e funcionários pomposos, foi encarcerado na Bastilha e depois exilado para a Inglaterra, onde permaneceu por três anos e escreveu sua primeira obra filosófica: “*Cartas Inglesas*”, onde divulgava as idéias de Newton e de Locke, aos quais ele passara a considerar como dois dos maiores gênios que já tinham existido.

Não é mais aos homens que me dirijo. É a você, Deus de todos os seres, de todos os mundos e de todos os tempos. Que os erros agarrados à nossa natureza não sejam motivo de nossas calamidades. Você não nos deu coração para nos odiarmos, nem mãos para nos enforcarmos. Faça com que nos ajudemos mutuamente a suportar o fardo de uma vida penosa e passageira. Que as pequenas diferenças entre as vestimentas que cobrem nossos corpos, entre nossos costumes ridículos, entre nossas leis imperfeitas e nossas opiniões insensatas não sejam sinais de ódio e perseguição. Que aqueles que acedem velas em pleno dia para te celebrar, suportem os que se contentam com a luz do sol. Que os que cobrem suas roupas com um manto branco para dizer que é preciso te amar, não detestem os que dizem a mesma coisa sob um manto negro. Que aqueles que dominam uma pequena parte desse mundo, e que possuem algum dinheiro, desfrutem sem orgulho do que chamam poder e riqueza e que os outros não os vejam com inveja, mesmo porque você sabe que não há nessas vaidades nem o que invejar nem do que se orgulhar. Que eles tenham horror à tirania exercida sobre as almas, como também execrem os que exploram a força do trabalho. Se os flagelos da guerra são inevitáveis, não nos violentemos em nome da paz. Que possam todos os homens se lembrar que eles são irmãos!

(Voltaire, *Prece pela Tolerância*)

Charles Louis de Secondat (1689-1755), ou Montesquieu, grande escritor francês. Suas teorias políticas sugeriam que os grandes países deveriam adotar o despotismo esclarecido, os médios, a monarquia constitucional, e os pequenos, a república. Em seu livro, “*O Espírito das Leis*” (1748), criticou os costumes de seu tempo, ficando muito conhecido pela sua “doutrina dos três poderes” que defendia, como meio para garantir a liberdade, a divisão do poder político em três partes: Legislativo, Executivo e Judiciário: “*É uma verdade eterna: qualquer pessoa que tenha o poder, tende a abusar dele. Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder*”. Esta obra inspirou os redatores da Constituição de 1791 e tornou-se a fonte das doutrinas constitucionais liberais, que repousam na separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário.

Como Voltaire, também não defendia as populações mais pobres. Na verdade, esses pensadores eram coerentes, pois defendiam somente os interesses da nova classe social que despontava como revolucionária: a burguesia liberal.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), o único pensador que talvez tenha se aproximado dos anseios populares. Defendia a idéia de soberania popular, isto é, a vontade coletiva deve se impor sobre a vontade individual. Nisso Rousseau estava bem avançado para sua época, pois criticava o individualismo burguês antes mesmo que a burguesia estivesse no poder. Ele repudiou muitas das pressuposições fundamentais que vinham de Newton e de Locke, assim como David Hume (1711-1776) o principal céptico do Iluminismo. Incurável desadaptado que era, a chafurdar no atoleiro das suas paixões, era conhecido como o pai do romantismo e seria assombroso se Rousseau tivesse defendido as teorias racionalistas. Afirmava que adorar a razão como guia infalível da conduta e da verdade é agarrar-se a um caniço quebrado. Certamente a razão tem a sua utilidade, mas não vale como resposta completa.

No seu estudo “*Discurso sobre a Origem e Fundamentos das Desigualdades entre os Homens*”, Rousseau argumenta que todos os males da civilização são originados da propriedade privada, que determinou as diferenças sociais e o surgimento de dominadores e dominados. Para superar esta dominação, ele propunha um *contrato social*, que deveria ser elaborado por toda a comunidade e não por indivíduos isolados. A soberania reside no povo; a vontade individual não é importante, mas sim a vontade da maioria, que deveria ser expressa através do voto. O contrato social iria garantir a igualdade de todos.

Para Rousseau, o homem que pensa é um animal depravado. Suas obras influenciaram os homens de sua época e foram fontes de consulta dos pensadores futuros. *Emílio* e *Nova Heloísa* forneceram as diretrizes da pedagogia moderna e o *Contrato Social*, os fundamentos do governo democrático.

É possível estabelecer com simplicidade o núcleo da idéia do contrato social: cada um de nós coloca sua pessoa e autoridade sob a direção suprema da vontade geral; e o grupo recebe cada indivíduo, como uma parte indivisível do todo (...).

A fim de que o contrato social não seja apenas uma fórmula vazia, todos precisam compreender que todo indivíduo que se recusa a obedecer à vontade geral deve ser forçado por seus companheiros a fazê-lo. É uma maneira de dizer que pode ser necessário forçar um homem a ser livre, sendo neste caso a liberdade, a obediência à vontade de todos.

(Jean-Jacques Rousseau, *O Contrato Social*)

Não foi apenas o absolutismo o alvo das críticas iluministas; eles também discordavam do mercantilismo, a política econômica adotada naquele sistema de governo. Entre os colaboradores da Enciclopédia existia um pequeno grupo dedicado à nascente ciência econômica. Eram os chamados fisiocratas, que lançaram os fundamentos da economia como ciência. Acreditavam que a atividade econômica, assim como as demais atividades humanas, estava submetida a leis naturais. A lei da oferta e da procura (a lei do mercado), por exemplo, deveria predominar na economia dos diversos países. Dessa forma, a política mercantilista com sua regulamentação de preços, salários e monopólios pelos governos, passou a ser criticada.

François *Quesnay* (1694-1774), líder entre os fisiocratas, médico e economista francês que atacava a intervenção do Estado na economia e defendia a liberdade de comprar e vender onde cada um achasse mais conveniente. O lema dos fisiocratas que ficou famoso: “*Laissez faire, Laissez passer*”, atendia perfeitamente às necessidades da burguesia, desejosa de afastar o controle do Estado sobre a economia. Para Quesnay, apenas a terra era a verdadeira produtora de riqueza; o comércio era considerado estéril, pois consistia na mera transferência de mercadorias e não gerava riquezas.

Que o soberano e a nação nunca percam de vista que a terra é a última fonte de riquezas e que o agricultor que as multiplica (...) Que a propriedade dos bens fundiários e das riquezas mobiliárias seja assegurada aos possuidores legítimos, pois a segurança da propriedade é o fundamento essencial da ordem econômica da sociedade (...) Que uma nação que tem um grande território a cultivar e a facilidade de exercer um grande comércio dos gêneros agrícolas não alargue demasiadamente o emprego do dinheiro e dos homens às manufaturas e ao comércio de luxo, em prejuízo dos trabalhos e das despesas da agricultura; pois, preferentemente a tudo, o reino deve ser bem povoado de ricos cultivadores (...) Que se favoreça a multiplicação dos gados, pois são eles que fornecem às terras o estrume que produz ricas colheitas (...) Que cada um seja livre de cultivar no seu campo as produções que o seu interesse, as suas faculdades e a natureza do terreno lhe sugiram para obter maior produção possível (...) Que se mantenha a mais inteira liberdade de comércio (...).

(François Quesnay, *Máximas Gerais do governo econômico de um Reino Agrícola*)

Adam *Smith* (1723-1790), economista escocês, diz que o trabalho de uma nação é a principal fonte geradora dos bens que necessita a comunidade. O aumento da produtividade do trabalho depende de sua divisão, que repousa essencialmente, na propensão que tem a natureza humana para trocar uma coisa por outra. A acumulação de capital funciona como uma das condições prévias dessa divisão. Quanto à noção do valor, surgiu como troca de mercadorias. O termo valor apresenta dois significados, o de utilidade e o de poder de compra, sendo o primeiro valor de uso, e o segundo valor de troca. O trabalho seria a medida do valor de todas as mercadorias. Estudando o problema do preço, concluiu o economista que as rendas, os salários e os lucros são meros componentes da renda.

No que se refere à acumulação capitalista, divide o capital em fixo e circulante. O primeiro consiste, principalmente, em máquinas, edifícios, implementos agrícolas, enquanto o segundo compreende o dinheiro, as matérias-primas e as mercadorias acabadas, ainda em mãos do industrial ou do comerciante. Analisando a estrutura da sociedade capitalista, Adam Smith chegou a extraordinária conclusão, para a sua época, da divisão da sociedade em três classes fundamentais da sociedade capitalista: o operariado, os capitalistas e os proprietários de terras.

É famosa sua metáfora da mão invisível: “...de modo geral, ninguém se propõe promover o interesse público, nem sabe até que ponto o promove; pensa apenas em seu próprio ganho, mas, agindo desse modo, é levado por uma mão invisível a promover um fim que não estava em suas intenções. Logicamente, tal atitude leva a contemplar com circunspeção a ingerência do Estado na atividade econômica”.

Adam Smith representa não apenas um ponto de partida na Ciência Econômica, mas também a afirmação de muitas questões de importância perene na mesma.

5. A Enciclopédia

A *Encyclopédie*, pretendia ser uma suma completa dos conhecimentos filosóficos e científicos da época. Colaboraram com este conjunto de livros mais de trezentos pensadores. A tônica da obra era o anticlericalismo, o materialismo e principalmente o liberalismo político. Por isso era contrário às monarquias absolutistas e à Igreja. No entanto que foi proibida pelas autoridades e passou a circular clandestinamente. Os iluministas sonhavam, enfim, com um mundo onde houvesse colaboração entre os homens para alcançar a felicidade comum.

Diderot e d’Alembert foram os principais componentes de um grupo conhecido como os Enciclopedistas, que organizaram e publicaram a Grande Enciclopédia.

Denis Diderot (1713-1784), filósofo francês que assumiu a direção, apesar de inúmeras dificuldades, até a sua conclusão. Afirmava que “os homens jamais serão livres enquanto não seja estrangulado o último rei com as tripas do último padre”. Diderot escreveu um artigo na Enciclopédia, no qual coloca críticas ao absolutismo e defende um poder vindo do consentimento do povo.

Nenhum homem recebeu da natureza o direito de comandar os outros. A liberdade é um presente do céu, e cada indivíduo da mesma espécie tem o direito de gozar dela logo que goze da razão (...) Toda outra autoridade (que a paterna) vem duma origem, que não é a natureza. Examinando-a bem, sempre se fará remontar a uma destas duas fontes: ou a força e a violência daquele que dela apoderou; ou o consentimento daqueles que lhe são submetidos, por um contrato celebrado ou suposto entre eles e aquele a quem deferiram a autoridade. O poder que se adquire pela violência não é mais que uma usurpação e não dura senão pelo tempo em que a força daquele que comanda prevalece sobre a daqueles que obedecem (...) O poder que vem do consentimento dos povos supõe necessariamente condições que tornem o seu uso legítimo útil à sociedade, vantajoso para a república, e que o fixem e restrinjam entre limites; pois o homem não pode nem deve dar-se inteiramente e sem reserva a outro homem, porque há um Senhor superior acima de tudo, ao qual somente ele pertence por inteiro.

(Denis Diderot, artigo *Autoridade Política* na Enciclopédia)

Jean Le Rond d'Alembert (1717-1783), escritor, filósofo e matemático francês. Céptico em religião e metafísica, defensor da tolerância, expôs, no *Discours préliminaire de l'Encyclopédie*, a filosofia natural e o espírito científico que presidiu à elaboração dessa obra. Membro da Academia de Ciências, deixou os *Elogios acadêmicos* e trabalhos de matemática sobre as equações diferenciais e a mecânica. Sua obra básica é o *Tratado de dinâmica* (1743). Para d'Alembert a garantia única de progresso residia no esclarecimento universal. Sustentava, por isso, que as verdades da razão e da ciência deviam ser ensinadas às massas, na esperança de que um dia o mundo inteiro pudesse libertar-se do obscurantismo e da tirania.

6. O Despotismo Esclarecido

Os governantes absolutistas de alguns países europeus adotaram certos princípios iluministas, promovendo em seus Estados uma série de reformas nos campos social e econômico. Esses governantes ficaram conhecidos como *déspotas esclarecidos*. De modo geral, a palavra *déspota* refere-se a ditador, mas ao mencionarmos *déspotas esclarecidos*, estamos nos referindo aos monarcas absolutistas que mostraram-se receptivos a certos princípios iluministas.

Essa reforma se deu principalmente no campo da educação, com incentivo à educação pública através da construção de escolas, do apoio a academias literárias e científicas e da divulgação de textos eruditos. E no campo referente a tributações, com o aperfeiçoamento do sistema de arrecadação tributária, procurando tornar menos opressiva a carga de tributos cobrados das classes populares. Os principais *déspotas esclarecidos* foram:

- a) Catarina II (1762-1796), da Rússia: O monarca Pedro, O Grande, fez planos de modernização para a Rússia, construiu a cidade de Petersburgo. Catarina II, A grande, modernizou essa cidade e deu continuidade a obra de Pedro. Mas reprimiu todos os movimentos camponeses de caráter reivindicatório.
- b) José II (1741-1790), da Áustria: José II tentou modernizar a Áustria através de uma reforma agrária, diminuiu o poder da igreja católica, confiscando suas terras; mas essa reforma acabou sendo frustrada pela resistência dos nobres proprietários.
- c) Frederico II (1712-1786), da Prússia: Frederico II construiu escolas de ensino elementar e estimulou o desenvolvimento industrial e agrário, dando assim continuidade as reformas de Frederico I que se fortaleceu e ganhou prestígio graças às medidas reformistas adotadas em relação à educação e política exterior.
- d) Carlos III (1716-1788), da Espanha: Carlos III iniciou uma série de reformas administrativas, financeiras e fiscais para dar novo alento à economia. Além disso, combateu o poder excessivo da Igreja Católica, suprimiu a Inquisição e expulsou os jesuítas.
- e) Sebastião José de Carvalho e Melo, ou Marquês de Pombal (1750-1777), de Portugal: Foi um dos mais importantes ministros do rei José I, colocou em prática medidas que reforçaram o setor comercial, instituindo as companhias comerciais monopolistas, subsidiando manufaturas numa tentativa rudimentar de instaurar a industrialização de Portugal. Pombal também expulsou os jesuítas do reino e expropriou os bens da Companhia de Jesus.

ESTUDO DIRIGIDO – A partir da leitura do texto, faça uma revisão de tudo que foi apresentado sobre o conteúdo.

- 1) Comente sobre o contexto social, político e econômico que possibilitou a gênese do Iluminismo. Mostre como este contexto foi fundamental para que a filosofia das luzes surgisse na Europa.
- 2) A Revolução Intelectual do Iluminismo teve uma tríplice paternidade: Descartes, Newton e Locke. Qual foi a contribuição de cada um deles para o desenvolvimento do iluminismo?
- 3) Quais eram as principais teses defendidas pelo Iluminismo?
- 4) Que setores da sociedade da época foram alvos de críticas dos filósofos do Iluminismo?
- 5) Quais são os pontos fundamentais defendidos por Voltaire? Quais as suas contribuições para o movimento?
- 6) Explique a doutrina dos três poderes de Montesquieu, destacando o contexto da época e suas implicações para os nossos dias.
- 7) Por que a teoria iluminista de Rousseau é a mais popular? Dê um exemplo.
- 8) Explique as teses principais defendidas pelo iluminismo econômico (liberalismo), a partir dos trabalhos de Adam Smith e Francois Quesnay.
- 9) Uma das grandes contribuições dos filósofos da ilustração foi a redação da Enciclopédia. O que este empreendimento representou para o período?
- 10) Explique o conceito de *désposta* esclarecido.

PROPOSTA DE REDAÇÃO:

Esta apostila tem como capa o quadro “A Liberdade conduzindo o povo” (Eugène Delacroix, 1830). Nesse quadro do século XIX, a temática é claramente identificável como pertencente à Revolução Francesa e às ideias defendidas pelos filósofos iluministas. No centro, em destaque, aparece a personificação de um dos fatores da famosa “tríade” do ideário francês de “liberdade, igualdade e fraternidade”: uma mulher do povo que incita os companheiros a seguir em frente. O peso do quadro está na parte inferior, devido aos corpos que jazem sob os pés do “povo”. O centro geométrico coincide com o centro “de atenção”, destacando-se o homem que “suplica” à mulher/liberdade. Ela olha para os companheiros, e não para frente, como que os convocando ao combate - ou à liberdade. Uma de suas mãos empunha a bandeira francesa, enquanto na outra vemos uma baioneta, o que parece sugerir: “não há liberdade sem luta”.

Além disso, o epílogo da apostila traz a tradução da canção “Viva La Vita” (Coldplay, 2009) cujo mote central sinaliza para um contexto similar ao da revolução francesa e das ideias iluministas.

Posto isso, faça um texto inspirado pela canção e pela imagem, destacando a concretização da liberdade defendida pelos filósofos das luzes. Lembre-se que a liberdade neste conceito deve ser entendida em várias dimensões, a saber, política, religiosa, econômica.

REVISANDO O CONTEÚDO: veja como o assunto estudado foi contemplado em vestibulares e exames de seleção.

01. (PUC-RS/2011) Considere o texto abaixo, do filósofo John Locke (1623- 1704), extraído da obra Sobre o Governo Civil.

Se o homem em estado de natureza está tão livre quanto se disse, se é senhor absoluto de sua pessoa e bens (...), sem estar sujeito a quem quer que seja, por que abandonará sua liberdade? Por que (...) se sujeitará ao domínio e controle de algum outro poder? Ao que é evidente responder que, embora em estado de natureza tenha esse direito, o seu gozo é muito incerto (...), a fruição da propriedade que tem nesse estado é muito arriscada e muito insegura; e não é sem razão que procura e está disposto a formar com outros uma sociedade (...) para a preservação mútua de suas vidas, liberdades e bens, a que chamo pelo nome geral de – propriedade.

Apud FENTON, Edwin. 32 problemas na história universal. São Paulo: Edart, 1974, p. 90-1.

Considerado um dos fundadores do pensamento liberal, Locke, no texto, examina os motivos que levam os indivíduos a saírem do “estado de natureza”, fundando a chamada “sociedade política” (o Estado).

O conceito de propriedade está no centro desses motivos, sendo esta considerada como

- a) uma concessão parcial da sociedade política aos indivíduos.
- b) uma prerrogativa que nasce com o estabelecimento da sociedade política.
- c) o fundamento moral para o exercício do poder absoluto do Estado.
- d) o fruto material da exploração do homem pelo homem.
- e) um direito natural a ser protegido pela sociedade política.

02. (UNESP/2011)

E a verdade, o que será? A filosofia busca a verdade, mas não possui o significado e substância da verdade única. Para nós, a verdade não é estática e definitiva, mas movimento incessante, que penetra no infinito. No mundo, a verdade está em conflito perpétuo. A filosofia leva esse conflito ao extremo, porém o despe de violência. Em suas relações com tudo quanto existe, o filósofo vê a verdade revelar-se a seus olhos, graças ao intercâmbio com outros pensadores e ao processo que o torna transparente a si mesmo. Eis porque a filosofia não se transforma em credo. Está em contínuo combate consigo mesma.

(Karl Jaspers, 1971.)

Com base no texto, responda se a verdade filosófica pretende ser absoluta, justificando sua resposta com uma passagem do texto citado. Ainda de acordo com o fragmento, explique como podemos compreender os conflitos entre filosofia e religião e cite o principal movimento filosófico ocidental do período moderno que se caracterizou pelos conflitos com a religião.

03. (UNESP/2011)

O Iluminismo é a saída do homem de um estado de menoridade que deve ser imputado a ele próprio. Menoridade é a incapacidade de servir-se do próprio intelecto sem a guia de outro. Imputável a si próprios é esta menoridade se a causa dela não depende de um defeito da inteligência, mas da falta de decisão e da coragem de servir-se do próprio intelecto sem ser guiado por outro. Sapere aude! Tem a coragem de servires de tua própria inteligência!

(Immanuel Kant, 1784.)

Esse texto do filósofo Kant é considerado uma das mais sintéticas e adequadas definições acerca do Iluminismo. Justifique essa importância comentando o significado do termo “menoridade”, bem como os fatores sociais que produzem essa condição, no campo da religião e da política.

04. (UPE/2011)

O Iluminismo foi um movimento intelectual, portador de uma visão unitária do mundo e do homem, apesar da diversidade de leituras que lhe são contemporâneas, conservou uma grande certeza quanto à racionalidade do mundo e do homem, a qual seria imanente em sua essência.

FALCON, F. J. C. Iluminismo, São Paulo: Ática, 1986. Adaptado.

Suas principais linhas de força foram:

- a) o pensamento crítico, o primado da razão, a antropologia e a pedagogia.
- b) a ideia de progresso, a antropologia, a manutenção das tradições e a explicação racional para tudo.
- c) o direito coletivo, o direito à propriedade, o primado da razão, a ideia de progresso.
- d) o sentimento humanitário, a futilidade da guerra, a manutenção das tradições e a explicação racional para tudo.
- e) a ideia de socialismo, o pensamento crítico, o antropocentrismo e o naturalismo.

05. (UNICAMP/2011)

Na segunda metade do século XVIII, pensadores importantes, como Denis Diderot, atacaram os próprios fundamentos do imperialismo. Para esse filósofo, os seres humanos eram fundamentalmente formados pelas suas culturas e marcados pelas diferenças culturais, não existindo o homem no estado de natureza. Isso levava à ideia de relatividade cultural, segundo a qual os povos não podiam ser considerados superiores ou inferiores a partir de uma escala universal de valores.

(Adaptado de Sankar Muthu, *Enlightenment Against Empire* Princeton: Princeton University Press, 2003, p. 258, 268.)

- a) Segundo o texto, como as ideias de Denis Diderot se opunham ao imperialismo?
- b) No pensamento de Jean-Jacques Rousseau, qual a relação entre a ideia de “homem no estado de natureza” e a organização das sociedades civilizadas?

06. (UNIFORE/2010)

Apesar de Rousseau trazer a tona a democracia direta ateniense, ele próprio convenceu-se da impossibilidade de tal modelo, em face das grandes extensões territoriais dos Estados, das grandes concentrações populacionais, (devemos levar em conta que as metrópoles estavam em pleno crescimento na época de Rousseau), da complexidade da sociedade, e da falta de consenso social cultural.

Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/15671/15235>. Acesso em: 13/05/2010. (com adaptações)

Segundo a hipótese levantada, é correto afirmar que Rousseau

- a) trouxe polêmicas que conflitavam com a recente democracia liberal burguesa, que em suas idéias, sustentou novas discussões para as futuras teorias socialistas.
- b) trouxe polêmicas que conflitavam com a recente democracia social da burguesia, que em suas idéias, sustentou novas discussões para as futuras teorias comunistas.
- c) trouxe polêmicas que conflitavam com a recente democracia censitária burguesa, que em suas idéias, sustentou novas discussões para as futuras teorias liberais.
- d) trouxe polêmicas que conflitavam com a recente democracia liberal moderna, que em suas idéias, sustentou novas discussões para as futuras teorias socialistas.
- e) trouxe polêmicas que conflitavam com a recente democracia liberal representativa, que em suas idéias, sustentou novas discussões para as futuras teorias socialistas.

07. (UFG/2010) Leia e compare os documentos.

O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus. Três razões fazem ver que a monarquia hereditária é o melhor governo. A primeira é que é o mais natural e se perpetua por si próprio. A segunda razão é que esse governo é o que interessa mais na conservação do Estado e dos poderes que o constituem: o príncipe, que trabalha para o seu Estado, trabalha para seus filhos. A terceira razão retira-se da dignidade das casas reais.

BOSSUET, Jacques-Bénigne. A política inspirada na Sagrada Escritura. In: FREITAS, Gustavo de. 900 textos e documentos de História. Lisboa: Plátano, 1977. (Adaptado).

Nenhum homem recebeu da natureza o direito de comandar os outros. A liberdade é um presente do céu, e cada indivíduo da mesma espécie tem o direito de gozar dela logo que goze da razão. Toda autoridade (que não a paterna) vem duma outra origem, que não é a da natureza. Examinando-a bem, sempre se fará remontar a uma dessas duas fontes: ou a força e violência daquele que dela se apoderou; ou o consentimento daqueles que lhe são submetidos, por um contrato celebrado ou suposto entre eles e a quem deferiram a autoridade.

DIDEROT, Denis. Autoridade política. In: FREITAS, Gustavo de. 900 textos e documentos de História. Lisboa: Plátano, 1977.

O primeiro documento data de 1708, ao passo que o segundo faz parte da Enciclopédia, cujos volumes foram publicados entre 1751 e 1780. Ambos os escritos tratam do poder político e da relação entre governantes e governados, expressando perspectivas distintas. Nesse sentido, identifique e explique os princípios presentes em cada um dos documentos, que definiram a relação entre governantes e governados.

08. (UFG 2011/1) Leia os trechos a seguir.

1. Os homens nascem e permanecem iguais em direitos. As distinções sociais só podem ser baseadas na utilidade comum.
2. O objetivo de toda associação política é a preservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789.

ARTIGO 2o Todo ser humano pode fruir de todos os direitos e liberdades apresentados nesta Declaração, sem distinção de qualquer sorte, como raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra ordem, origem nacional ou social, bens, nascimento ou qualquer outro status. Além disso, nenhuma distinção deve ser feita com base no status político, jurisdicional ou internacional do país ou território a que uma pessoa pertence, seja ele território independente, sob tutela, não autônomo ou com qualquer outra limitação de soberania.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 226; 230.

Comparando as declarações e considerando os respectivos contextos históricos em que foram produzidas, a distinção apreendida indica que a proclamação dos direitos em

	1789	1948
(A)	exigia o fim da escravidão ao debater as diferenças raciais.	transformava o tema da raça em tabu em virtude do antisemitismo.
(B)	assegurava a estabilidade dos jacobinos em virtude das garantias sociais.	fragilizava o poder dos Estados Nacionais, com a criação da ONU.
(C)	defendia a igualdade, independente da utilidade comum.	colocava o poder político das instituições acima da liberdade individual.
(D)	revelava o combate à sociedade hierárquica do Antigo Regime.	definia compromissos internacionais em meio a conflitos políticos latentes.
(E)	preservava os direitos do clero em troca de seu apoio político.	expressava a aliança entre Igreja e Estado para os assuntos públicos.

09. (UESPI/2011) Uma análise da Revolução Francesa permite perceber sua importância política, sem deixar de ressaltar sua violência e suas contradições. Na sua Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão:

- a) destacava-se a condenação à propriedade privada e ao capitalismo.
- b) definia-se a vitória dos ideais do liberalismo, favoráveis à elite da época.
- c) negava-se o valor da escravidão, embora não atacasse a sua existência nas colônias europeias.
- d) afirmava-se a igualdade universal perante a lei, sem respeitar os limites desejados pela burguesia.
- e) defendia-se a submissão das colônias, mas se omitia em relação aos danos da censura e da propriedade.

10. (UFAL/2011) Os estudos sobre a Revolução Francesa, comumente, dividem-na em etapas sucessivas, considerando-se a primeira delas, a chamada Fase da Assembleia Nacional, vivenciada entre os anos de 1789 e 1791. Essa fase se caracterizou pela:

- a) abolição dos privilégios feudais, formação da primeira Coligação contra a França, liderada pela Inglaterra e, ainda, pela definição de lugares específicos a serem ocupados pelos deputados constituintes nas reuniões.
- b) aprovação em Paris da Assembleia dos Estados Gerais, que aboliu os privilégios feudais, determinou o confisco dos bens da Igreja e proclamou a Primeira Constituição da França.
- c) morte do rei Luis XVI, guilhotinado na Praça da Revolução, e pela formação da Primeira Coligação contra a França, encabeçada pela Inglaterra.
- d) prisão dos líderes Girondinos, Marat, Hèbert, Danton, Saint-Just e Robespierre.
- e) implantação do regime do terror, caracterizado pela prática de atos de violência contra os opositores do governo revolucionário.